

EDITORIAL

Melhora a divisão da renda

Os frutos socioeconômicos do Plano Real são animadores. Pesquisa do Ipea mostra que, entre 1995 e 2008, quase 13 milhões de pessoas saíram da pobreza absoluta e outros 12,1 milhões deixaram a chamada pobreza extrema

A melhor notícia que se tem sobre a economia é o reflexo dos seus resultados na promoção do bem-estar social. Essa é a sensação que transmite o boletim do Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas (Ipea) ao informar que, desde o Plano Real, milhões de brasileiros saíram das duas piores condições econômicas: a pobreza absoluta e a pobreza extrema – conceitos que se diferenciam por poucos reais na renda per capita.

Quase 13 milhões de pessoas, em todas as regiões do país, saíram da pobreza absoluta entre 1995 e 2008, segundo o Ipea. Isso quer dizer que, neste período, o universo de famílias com rendimento médio por pessoa de até meio salário mínimo mensal diminuiu de 43,4% para 28,8% da população.

A mesma pesquisa também registra que, de 1995 a 2008, saíram da pobreza extrema – condição caracterizada pela renda média domiciliar per capita de até um quarto de salário mínimo por mês – 12,1 milhões de brasileiros, reduzindo o contingente quase à metade: de 20,9% para 10,5% o total da população nesta situação.

Os dois quadros – referentes à pobreza absoluta e à pobreza extrema –, chamam a atenção pela rapidez na melhora da distribuição de renda, processo caracteristicamente demorado. É óbvio que os resultados representam sucesso indiscutível dos benefícios sociais decorrentes das linhas da política econômica do Plano Real.

Com certeza, o controle da inflação é um dos fatores de maior influência no quadro de ascensão socioeconômica constatado pelo Ipea. Sem esta-

O Ipea projeta que, em 2016, o país já terá superado a pobreza extrema e reduzido a 4% a pobreza absoluta

bilidade da economia, nada anda com segurança. Essa foi uma herança de ouro recebida pelo governo petista do antecessor, e o presidente Lula teve a sensibilidade de preservar o legado, mesmo enfrentando constantes críticas à política de aperto monetário por meio da Selic.

Isso não quer dizer que tudo tenha sido feito à perfeição. Ao longo dos anos, ocorreram, conforme é do conhecimento geral, exageros na calibragem das taxas de juros. Se o Banco

Central eventualmente não tivesse pesado demais a mão ao elevar a Selic, tanto no governo FHC quanto no de Lula, talvez os benefícios sociais gerados pelo desempenho da economia fossem maiores do que os atuais. Mas não é o caso de entristecimento. Os dados que estão sendo divulgados pelo Ipea são auspiciosos. Para muitos, até surpreendentes. Merecem comemoração.

Economistas do Ipea veem a possibilidade de já em 2016 o Brasil varrer a miséria (pobreza extrema) do seio da população e reduzir a 4% a taxa nacional de pobreza absoluta. São dois novos avanços de enorme importância no contexto das condições de vida no país, e que muitas pessoas não imaginavam viável em curto espaço de tempo.

A ressalva do Ipea é que, para essas

projeções se tornarem realidade, “os Estados terão de apresentar ritmos diferenciados de redução na miséria, uma vez que registram enorme assimetria nas taxas atuais de pobreza extrema, diz o instituto em nota. Alcançar os “ritmos” é, sem dúvida, um grande desafio para o presidente da República e para os governadores a serem eleitos em outubro.

É fundamental a parceria entre a União e os governos estaduais visando a desenvolver potenciais regionais de crescimento da economia associados a políticas que visam a reforçar o aumento da renda da população. São objetivos que têm muito a ver com as vocações de cada região e com os investimentos que recebem, inclusive na formação de mão de obra. Espera-se que assim aconteça.